

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Instituto de
Economia
Industrial**

**Boletim de
Conjuntura
Industrial**

Vol. 5

Nº 1

Jan / 85

EDITORIAL

O presente número do Boletim é dedicado à discussão de alguns problemas de política econômica que necessariamente comporão a agenda de preocupações do futuro governo. Espelha, por isso mesmo, a intensa polêmica que se desdobra entre os economistas que apresentam uma visão crítica e não laudatória do processo em curso e da gestão que ora se encerra.

O primeiro artigo, de autoria do professor Francisco Eduardo Pires de Souza, redator deste Boletim, trata das condições externas de funcionamento da economia brasileira. Toma ele por base de sua argumentação a verificação de uma possível reversão no setor externo, que teria passado, em 1984, de principal restrição ao crescimento ao papel de prinpal força motriz da recuperação industrial. E isto se daria tanto pela expansão das exportações quanto das reservas, amortecendo assim os impactos de uma política econômica ainda restritiva. Considera o autor que as mudanças verificadas têm um caráter potencialmente permanente, tanto pelo lado do maior poder competitivo das exportações quanto pelo lado da redução do coeficiente importado. Isto o faz supor que existem condições de sustentação de superávits no balanço comercial, ainda que seja retomado o crescimento econômico no país e se desacelere a recuperação americana.

Neste contexto, Pires de Souza é de opinião que não

se deve adotar medidas que impliquem liberalização das importações ou desindexação do câmbio, já que podem prejudicar o desempenho da conta de comércio exterior. Sustenta, ainda, que a questão dos incentivos às exportações e do crédito deve ser adequadamente tratada, a fim de evitar que o setor acumule perdas que o ponham em desvantagem face a seus concorrentes. A última questão abordada diz respeito à renegociação da dívida externa, hipótese que o autor não descarta, devido à instabilidade que ainda cerca as relações financeiras internacionais.

O segundo trabalho publicado procede a uma avaliação do desempenho industrial em 1984 e é de autoria do professor Claudio Monteiro Considera, também redator deste Boletim. Constata o autor o crescimento industrial ao longo do ano e o atribui, em sua maior parcela, ao desempenho das exportação de manufaturados, o qual por sua vez está relacionado à recuperação da economia americana e ao gigantesco déficit comercial praticado por aquele país. Outros fatores levados em conta neste trabalho são a substituição de importações, onde a produção de petróleo brasileiro foi o caso mais notável, e a demanda derivada do crescimento agrícola, que beneficiou a produção de tratores, caminhões e implementos agrícolas.

O professor Considera, no entanto, frisa que a estratégia exportadora não foi adotada tendo em vista a meta do crescimento econômico "mas sim como um imperativo de ajuste do balanço de pagamentos". E que, por si só, é incapaz de garantir o crescimento auto-sustentado da economia. As razões apresentadas para justificar esta afirmativa dizem respeito a uma possível desaceleração do crescimento americano e ao fato de que a economia brasileira não está saneada nem foram acionados os componentes domésticos da demanda agregada. Exatamente por isso o autor alerta contra a natureza política de certas projeções que apontam como ga-

gantido um crescimento de 5% em 1985.

Em seguida, é apresentado o trabalho do professor Antonio Dias Leite no qual discute um plano para o domínio da inflação em 100 dias. Trata-se de uma proposta abrangente e complexa que pressupõe o reequilíbrio simultâneo dos preços relativos, a supressão das ORTN e da correção monetária em obrigações com prazo inferior a um ano, a reforma monetária com a instituição do cruzeiro-ouro e do novo cruzeiro, e o resgate antecipado das ORTN em poder do público com pagamento em títulos de longo prazo denominados em cruzeiro-ouro. O plano compreende uma série de medidas organizadas em torno a estas idéias básicas e que se completam com decisões de natureza cambial, financeira e fiscal com vistas à retomada do crescimento.

O trabalho da professora Maria da Conceição Tavares, que se segue, é uma réplica às propostas de indexação total, tão em voga ultimamente. Como se sabe, tais propostas atribuem a sua natureza inercial, decorrente dos mecanismos de indexação, os elevados patamares inflacionários hoje vigentes na economia brasileira. A solução para este problema, no entanto, no âmbito da proposta criticada, não consistiria na desindexação senão na indexação da própria moeda, o que equivaleria à indexação total e instantânea da economia. Sempre na mesma visão, esta medida permitiria ademais a eliminação do déficit nominal do setor público, o qual passaria a coincidir com o déficit operacional.

O ponto de vista de Maria da Conceição Tavares é inteiramente diverso. A começar pela questão da natureza do processo inflacionário, o qual não decorre da memória da inflação passada, mas das expectativas ante o futuro, em um quadro geral de incerteza, em particular pelas indefinições e casuísmos da política econômica. Em segundo lugar, o problema do déficit público não estaria resolvido, pois a inde

xação da moeda não teria o poder de eliminar o componente externo do déficit, o qual continuaria a crescer a um ritmo pelo menos igual à taxa de juros internacional. Além disso, a política monetária ficaria impressada entre a opção de seguir uma via expansionista, sancionando os aumentos de preços na nova moeda, e a de seguir uma trajetória recessiva. Em ambos os casos, a perspectiva de agravamento do conflito distributivo está colocada.

As sugestões e conclusões do professor Dercio Garcia de Muñoz em seu trabalho sobre os déficits do setor público brasileiro são publicadas neste número do Boletim por se tratar de tema de maior relevância na presente conjuntura. O autor faz um importante esforço para despir o tema da bruma dos argumentos ideológicos em que está envolvido e apresentar de forma realista o problema. O resultado a que chega comprova que o grande déficit encontra-se na dívida mobiliária federal, que cresce descontroladamente e a maior responsabilidade por esta expansão pertence ao Banco Central.

Finalmente, temos a palestra do professor Fernando Fajnzylber, proferida em recente seminário realizado no Instituto de Economia Industrial. Especialista em assuntos da industrialização latino-americana, o centro de suas preocupações transcende o âmbito estrito da discussão da conjuntura. Nem por isso deixa de ser relevante, desde que não se conceba a conjuntura como uma sucessão de movimentos erráticos cuja lógica nada tenha a ver com as transformações mais profundas em curso na economia mundial.

Fajnzylber toma como ponto de partida a constatação de que os países latino-americanos estarão postos diante de uma série de desafios, correspondentes a modificações estruturais nas economias centrais. Entre eles, destaca a perspectiva do crescimento lento, a ausência de permissividade financeira e o ocorrência de profundas transformações

tecnológico-industriais. Sobre isto, impõe-se o desafio interno da mudança, particularmente difícil no contexto externo da mudança, particularmente difícil no contexto externo da mudança. Descartando as opções simples de variados matizes, o autor aponta quatro temas para a reflexão futura sobre a industrialização no continente: o conceito de eficiência, a estrutura produtiva, a questão da planificação versus descentralização e, por fim, o problema da base social de sustentação para enfrentar e realizar estas tarefas.

O conjunto de trabalhos ora apresentados situa-se assim no centro mesmo do debate sobre o horizonte com que se defronta a economia brasileira, bem como sua inserção no cenário internacional. Este Boletim, mantendo abertas as suas páginas à variedade de posições em que se expressa o pensamento crítico hoje, não tem se furtado a firmar uma posição neste debate, através de seus sucessivos editoriais. A continuidade deste debate é, a nosso ver, condição essencial para que se cumpram as exigências de mudanças profundas na substância e no modo de operar da política econômica.

É portanto no intuito de dar continuidade ao debate - e não de encerrá-lo - que este editorial retoma alguns pontos de vista expressos em outras oportunidades, para reafirmá-los, já que estão em discordância com algumas opiniões individuais apresentadas nos textos que se seguem. Antes de mais nada, a questão da recuperação industrial observada em 1984. Os índices positivos de crescimento da indústria foram claramente puxados pelo desempenho dos setores exportadores de manufaturas e, também, pela demanda derivada da agricultura por produtos da mecânica, da química e de material de transporte. Os setores mais dependentes do mercado interno tiveram uma performance insatisfatória, só manifestando defasadamente uma tendência à recuperação, induzida pelo crescimento dos setores exportadores.

O elemento fundamental para se entender este boom exportador está ligado à recuperação da economia americana, cujos déficits comerciais gigantescos funcionaram como um motor de crescimento para o resto do mundo. Esta constatação, evidentemente, não elimina a importância que possam ter tido certas medidas de política econômica, de natureza fiscal e creditícia, bem como os incrementos de produtividade que experimentou a indústria brasileira, nos anos 70 e 80.

Duas, no entanto, são as questões polêmicas relacionadas com este fato. A primeira é quanto à possibilidade de se manter a posição exportadora em condições de retomada do mercado interno. A nosso ver, o esforço exportador aparece claramente com um movimento compensatório à desaceleração da demanda doméstica e qualquer recuperação do crescimento com base na demanda interna levará à redução dos excedentes exportáveis. Se, ademais, confirmar-se a hipótese de desaceleração da economia norte-americana, nossas possibilidades de maiores incrementos na produção exportável se tornarão bem mais problemáticas.

A segunda questão diz respeito aos efeitos da maxi desvalorização do cruzeiro, procedida em fevereiro de 1983, sobre a competitividade dos produtos brasileiros no exterior. O exame da evolução da estrutura de preços relativos mostra claramente que houve movimentos compensatórios de preços dos principais grupos de produtos de exportação, com o que se anulou os prováveis efeitos da política cambial. Esta, ademais, teve e está tendo um impacto social dramático, dado o peso que exerce na aceleração do processo inflacionário. A questão não é das que se pode chamar de lana caprina, pois, na eventualidade da desaceleração americana, não faltarão defensores para uma nova máxi, justificada pela necessidade de ajustar-se a taxa de câmbio às moedas européis e japonesa, desvalorizadas face ao dólar.

A possibilidade de manutenção do superávit comercial, em condições de uma reorientação do crescimento para o mercado interno, esbarra em obstáculos não só pelo lado das exportações mas também pelo lado das importações. É inegável que o coeficiente importado das manufaturas tem um comportamento basicamente pró-cíclico, devendo portanto voltar a crescer quando se atenuarem as restrições que hoje inibem a economia brasileira. Além disso, constitui uma precipitação tentar deduzir uma tendência estrutural pela comparação entre um ano de auge e outro de crise.

Afastada a hipótese simplificadora de que as condições para o crescimento estão dadas, resta enfrentar o ponto central, a saber a desordem financeira que impera na economia brasileira. Sem isto, podem-se perder as melhores intenções de saída da presente crise, frustando-se as expectativas de mudança de toda a sociedade brasileira.

Av. Pasteur, 250 – C.P. 56028
CEP 22.290 – Rio de Janeiro – Tel.: 295-4295